



Parecer Único de Licença Ambiental Concomitante (LAC1) nº 47639238

PA COPAM Nº: 1440/2024 **SITUAÇÃO:** Sugestão pelo Deferimento

EMPREENDEDOR: Avelino Donizeti Tondin

CPF: 035.875.158-67

EMPREENDIMENTO: Fazenda Santo Inácio e Outras (matrículas 37, 1.011, 8.498, 9.029, 15.641, 17.383, 17.605, 25.610, 28.100, 36.017, 36.019, 36.642, 37.441, 37.487, 47.740, 47.741, 51.512 e 99.615)

MUNICÍPIO: Campo Florido - MG

ZONA: Rural

COORDENADAS GEOGRÁFICAS:

LAT/Y: 19°48'6.03"

LONG/X: 48°39'51.93"

LOCALIZADO EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

INTEGRAL

ZONA DE AMORTECIMENTO

USO SUSTENTÁVEL

NÃO

BACIA FEDERAL: Rio Grande

BACIA ESTADUAL: Rio Uberaba

UPGRH: GD8

SUB-BACIA: Ribeirão Dourado

CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE:

- Não há critério locacional incidente.

CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017):	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
G-02-08-9	Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime de confinamento	4	0
G-01-03-1	Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura	4	0
G-05-02-0	Barragem de irrigação ou de perenização para agricultura	4	0
G-02-07-0	Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo	NP	0
Auto de Fiscalização	354085/2024 (SISFAI)	Data de Lavartura: 23/10/2024	

CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:	REGISTRO:
Amara Borges Amaral (Bióloga)	CRBio 57.655/04-D ART 2023100113249
Emanuelle Zordan de Melo (Engenheira Ambiental)	CREA MG193.660 ART ART 20253856470



Khelma Torga dos Santos (Bióloga)	CRBio 049431/04-D ART 20241000102410
Rafael Mendes Rosa (Geógrafo)	CREA MG0000151350D MG ART MG20232532690
Renata Pacheco do Nascimento (Bióloga)	CRBio 057466/04-D ART 20231000113020
Luciano Gerolim Leone (Biólogo)	CRBio 049411/04-D ART 20231000113196
Luma Astun Lopes (Bióloga)	CRBio 128598/04-D ART 20231000112999
Wagner Martins Santana Sampaio (Biólogo)	CRBio 073045/04-D ART 20231000113075
Giovana Galante (Engenheira Ambiental)	CREA MG0000151350D MG ART MG20232532690

EQUIPE INTERDISCIPLINAR	MATRÍCULA	ASSINATURA
Emanueli Alexandra Prigol de Araujo (URA TM) - Gestora do processo	1.364.415-8	
Juliana Gonçalves Santos (URA TM)	1.375.986-5	
Rodrigo Angelis Alvarez (URA TM) - Coordenador de Análise Técnica	1.191.774-7	
Paulo Rogério da Silva (URA TM) - Coordenador de Controle Processual	1.495.728-6	



1. RESUMO

O empreendimento Fazenda Santo Inácio e Outras, localizado no município de Campo Florido - MG, de propriedade do empreendedor Avelino Donizeti Tondin, vem por meio do presente processo requerer o Licenciamento Ambiental, de forma corretiva, para as atividades de Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura (código G-01-03-1); Criação de Bovinos e equinos em regime de confinamento (G-02-08-9); Barragem de irrigação ou de perenização para agricultura (código G-05-02-0); e Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo (código G-02-07-0).

O processo foi formalizado em 09/08/2024 no Sistema de Licenciamento Ambiental - SLA nº 1440/2024 para regularização das atividades, enquadrado como classe 4, porte G, sem fator locacional incidente.

Cabe informar que o empreendedor possui um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), firmado junto ao Ministério Público de MG - 1ª Promotoria de Justiça de Uberaba em maio de 2019, para averbação da reserva Legal, licenciamento ambiental, outorga de recursos hídricos e imposição de medida compensatória, em virtude da notificação 006547/2016 feita Polícia Militar de Meio Ambiente.

Em 16/02/2016, o empreendedor também assinou um TAC junto à SEMAD, porém o mesmo não encontra-se vigente no ato de elaboração deste parecer.

A vistoria foi realizada em 09/10/2024 para subsidiar a análise do processo e foi constatada a sua conformidade ambiental com as medidas de controle instaladas e o estado de conservação das áreas de preservação permanente e reserva legal, embora tenha sido constatado que houve supressão de vegetação nativa sem autorização oficial. As informações a respeito da vistoria foram relatadas no Auto de Fiscalização nº 354085/2024 (SISFAI). O empreendimento foi autuado conforme Auto de infração 383381/2025.

O empreendimento faz uso de recurso hídrico principalmente para irrigação, consumo humano e dessedentação animal, regularizadas através das Portarias e Certificados nos 1902882/2020, 1903341/2020, 1906110/2024, 1903107/2024, 1903258/2024, 1903271/2024, 054418/2023, 054431/2023 e 054408/2023. Há um reservatório, do tipo piscinão, para acúmulo de água, conforme cadastro SEI nº1370.01.0062816/2021-89, em acordo com a portaria IGAM nº 48, de 04 de outubro de 2019.

As áreas de preservação permanente e reserva legal localizadas dentro dos limites da propriedade encontram-se, no geral, em bom estado de conservação, constituídas por vegetação nativa típica de cerrado. Alguns pontos são alvo de projetos de recuperação, contemplados em PRADA.



Os efluentes líquidos gerados pelo empreendimento são adequadamente tratamentos, sendo o efluente sanitário destinado à fossas sépticas seguidas de sumidouro e o efluente da área de abastecimento e lavagem de veículos direcionado para caixa separadora de água e óleo. Os resíduos sólidos são destinados corretamente, exceto as agulhas que são erroneamente destinadas para o aterro municipal.

Assim sendo, a Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro - URA TM sugere o deferimento do pedido de Licenciamento Ambiental Concomitante, na modalidade LAC1, para o empreendimento em questão.

2. INTRODUÇÃO

2.1. Contexto histórico

O empreendimento Fazenda Santo Inácio e Outras está em operação desenvolvendo as atividades de Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime de confinamento com 4.000 cabeças (classe 4, porte G, código G-02-08-9), Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura em 1.523,738 ha de área (classe 4, porte G, código G-01-03-1), Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo em 3,92 ha de pastagem (classe NP, código G-02-07-0) e Barragem de irrigação ou de perenização para agricultura com 15,72 ha de área inundada (classe 4, porte P, código G-05-02-0), no município de Campo Florido - MG. Como atividade secundária, o empreendimento realiza o processo de compostagem dos resíduos provenientes do confinamento, para utilização e aplicação nas áreas de lavoura como biofertilizante.

O presente processo foi instruído por Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA, que foram elaborados sob coordenação técnica da Bióloga Amara Borges Amaral CRBio n. 57.655/04-D e pela Engenheira Ambiental Emanuelle Zordan de Melo CREA-MG 193.660.

O requerimento de licença ambiental foi publicado em 15/08/2024 e o processo formalizado no Sistema de Licenciamento Ambiental - SLA no dia 09/08/2024, conforme solicitação nº 2024.01.04.003.0002099, como Licença de Operação Corretiva (LAC1), sem incidência de critério locacional de enquadramento.

Em 16/02/2016, o empreendedor assinou um TAC junto à SEMAD, porém o mesmo não encontra-se vigente no ato de elaboração deste parecer.

Em 17/05/2024 foi realizada vistoria no empreendimento conforme Auto de Fiscalização nº 354085/2024, sendo observadas todas as suas instalações, áreas



destinadas às atividades produtivas, ações de controle ambiental, áreas de reserva legal e áreas de preservação permanente.

Em virtude da constatação de supressão de vegetação sem a devida autorização ambiental, foi lavrado o auto de infração 383381/2025.

No dia 09/10/2024 foram solicitadas Informações Complementares, via Sistema de Informação Ambiental – SLA; sendo as respostas apresentadas em 12/02/2025, dentro do prazo adicional concedido.

O empreendimento apresenta inscrição no Cadastro Técnico Federal – CTF/APP – IBAMA de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais, sob o registro nº 1387931.

As informações aqui relatadas foram feitas com base nos estudos e demais documentos apresentados, nas constatações em vistoria realizada e nas informações complementares fornecidas.

2.2. Caracterização do empreendimento.

O empreendimento Fazenda Santo Inácio e Outras está localizado na zona rural do município de Campo Florido, tendo como referência o ponto com as seguintes coordenadas geográficas: 19° 48' 33" Latitude Sul e 48° 39' 49" Longitude Oeste. (Figura 1).



Figura 1: Vista aérea da propriedade
Fonte: EIA apresentado pelo empreendedor



A propriedade é composta pelas matrículas 37, 1.011, 8.498, 9.029, 15.641, 17.383, 17.605, 25.610, 28.100, 36.017, 36.019, 36.642, 37.441, 37.487, 47.740, 47.741, 51.512 e 99.615 e possui área matriculada de 1.968,2179 ha, área esta que está desatualizada, visto que a área real é de 2.023,3028 ha, conforme mapa topográfico apresentado. Cabe informar que o empreendedor realizou o georreferenciamento da propriedade, que se encontra em processo de validação pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), visando regularização das matrículas.

Na propriedade existem as seguintes benfeitorias: 07 galpões/almoxarifado, 26 baias de confinamento, 01 ponto de abastecimento e área de manutenção com tanque aéreo de 15 m³, 08 residências com sistema de fossa séptica, 01 escritório com fossa séptica, 01 área de disposição de maquinário não utilizado e 01 guarita.

A atividade principal é o confinamento de bovinos de corte com capacidade máxima para 4.000 cabeças em 26 baias totalizando 5,1823 ha. Há a previsão de que se aumente a produção nos próximos 5 anos, onde poderão ser alocadas 10.000 cabeças de animais no confinamento. Na época de seca são alocados 100 animais por baia e na estação chuvosa, 75 animais. O empreendedor compra garrotes com idade entre 1 e 2 anos, com peso médio de 350 kgs e o período de engorda varia de 90 a 100 dias com alimentação controlada, manejo intensivo, monitoramento ambiental para maximizar o ganho de peso.

A cada lote retirado ou quando é identificado excesso de esterco nas baias, este material é removido e passa pelo processo de compostagem. É realizada análise inicial dos resíduos em laboratório, para identificar sua composição química e física, além da escolha dos microrganismos mais adequados para inoculação nas leiras. Elas são periodicamente reviradas para promover a aeração e permanecem em maturação, sob supervisão de temperatura, umidade e amostragem para análises químicas. Em caso de condições inadequadas de maturação, ações corretivas são adotadas para garantia que o processo de decomposição seja adequado. O material compostado apresenta grande capacidade de absorção, podendo ser enriquecido com fontes minerais como rocha fosfática, gesso agrícola, cloreto de potássio, dentre outros e é utilizado somente no empreendimento como biofertilizante.

Outra atividade é a produção de culturas anuais como soja, milho tanto para consumo do gado como para comercialização, além de cana de açúcar, somando área útil de 1.523,7388712 ha. Desse total, 362,1612 hectares são de área irrigada (4 pivôs), com recurso hídrico proveniente de 3 captações em barramento, todas regularizadas através de portarias a serem detalhadas adiante. A colheita das áreas de lavoura é 100% mecanizada



Há também uma área de 3,92 ha de pastagem para animais como ovinos da raça Santa Inês para consumo interno, 2 cabeças de gado leiteiro também para consumo interno, cavalos para as atividades de apoio com a bovinocultura e animais com alguma enfermidade que não podem ser mantidos junto aos demais do confinamento. O licenciamento também abrange a atividade de barragem de irrigação ou de perenização para agricultura com 15,72 ha de área inundada.

São utilizados insumos como sementes, calcário, gesso agrícola e adubos para os quais a recomendação de uso é baseada em análises químicas de solo. Também são utilizados herbicidas, inseticidas e fungicidas para controle de plantas invasoras, pragas e doenças nas culturas. Utiliza-se técnicas de conservação de solo como rotação de culturas, curvas de nível, terraços e “ferraduras” para reter o excesso de escoamento de água pluvial.

As atividades são conduzidas por 16 funcionários para a pecuária, agricultura, administração e serviços gerais e a maioria reside no empreendimento, em regime de trabalho de 44 horas semanais em 6 dias por semana.

O empreendimento conta com equipamentos, máquinas e veículos próprios, bem como instalações hidráulicas e reservatórios de água. A energia elétrica consumida na propriedade é fornecida pela rede pública da CEMIG.

3. DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

Para o diagnóstico ambiental do empreendimento, foram definidas as áreas de influência indireta (All) caracterizada como sendo a área contida na sub-bacia hidrográfica na qual se insere a propriedade; a área de influência direta (AID) que contempla as áreas adjacentes à área diretamente afetada (ADA) que contém remanescentes de vegetação nativa que apresentam elementos naturais e habitats para fauna significativos.



Figura 2: Mapa da Área de Influência do Meio Físico e Meio Biótico
Fonte: RIMA apresentado pelo empreendedor

Com relação ao meio físico, a geologia das áreas de influência do empreendimento (Área de Influência Indireta, Área de Influência Direta e Área Diretamente Afetada) é composta por basaltos da Formação Serra Geral (Grupo São Bento) e arenitos das Formações Vale do Rio do Peixe e Marília (Grupo Bauru). Também são encontradas Coberturas Cenozoicas (coberturas detrítico-lateríticas e depósitos aluvionares).

O relevo é predominantemente suave ondulado, com declividades variando principalmente entre 3 e 8%, com vertentes amplas, interflúvios largos, bem como vales simétricos e espaçados entre si.

Foram encontradas 3 classes de solo a saber: Gleissolos Háplicos, Latossolos Vermelhos Distróficos Típicos e Latossolos Vermelhos Acríféricos Típicos. A classe predominante é a de Latossolos Vermelhos Distróficos Típicos, ocorrendo em praticamente toda a ADA. Os Gleissolos Háplicos estão restritos às áreas de ocorrência de alagamentos permanentes ou temporários, como as veredas e brejos.



O clima é corresponde ao Aw, ou seja, clima tropical, com inverno seco e estação chuvosa no verão.

As temperaturas médias ficam acima de 20°C nos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro e em junho e julho se mantém pouco abaixo dos 18°C.

O período chuvoso corresponde ao intervalo entre outubro e março, sendo que janeiro é o mês mais chuvoso, com média superior a 300 mm, enquanto que de maio a setembro, a média é inferior à 50 mm.

3.1. Unidades de conservação.

Não há Unidade de Conservação no entorno do empreendimento. O mesmo não está dentro de zona de amortecimento de unidade de conservação ou num raio de 20 km de área de circundante de UC.

3.2. Recursos Hídricos.

A Fazenda Santo Inácio e Outras pertence à bacia estadual do rio Grande - UPGRH GD8 Baixo Rio Grande.

A propriedade é banhada pelos córregos do Sobrado e córrego da Vargem Grande, além dos córregos sem nome 2 e 3 e do Ribeirão Dourado como curso d'água principal.

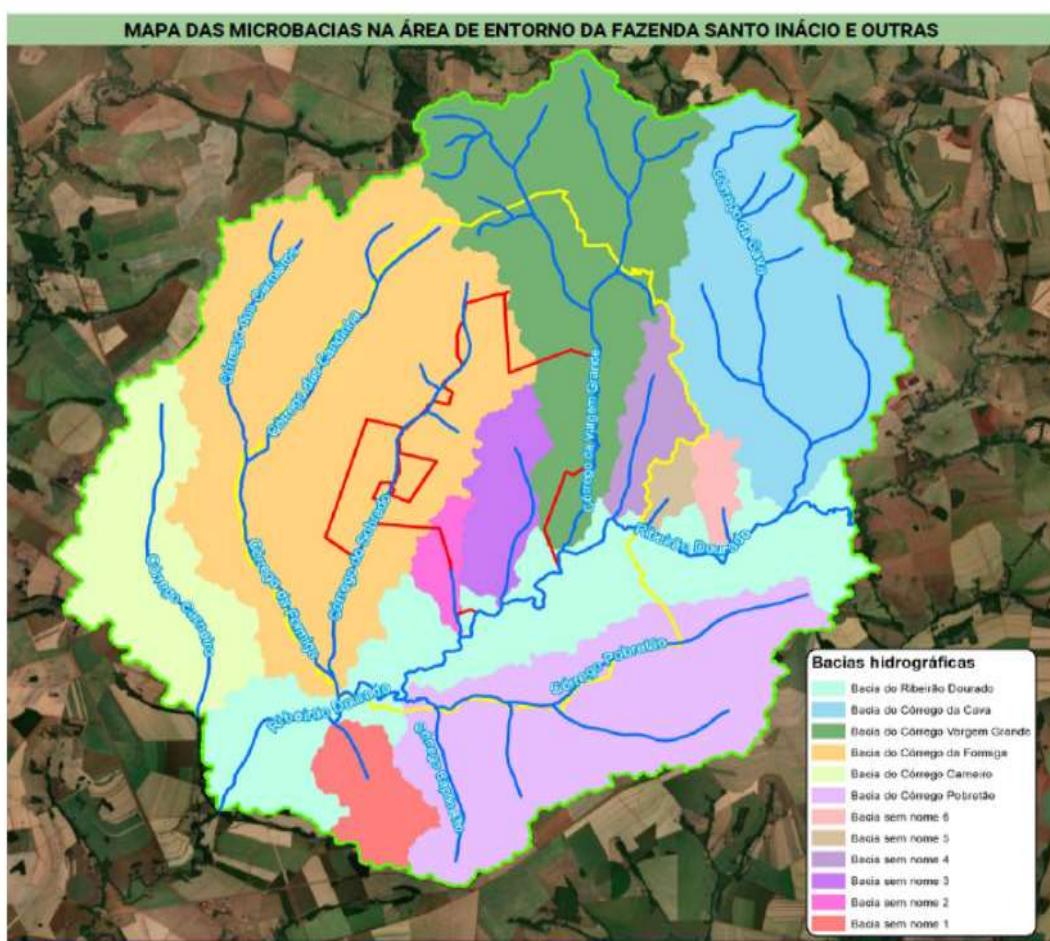


Figura 3: Mapa das Microbacias na área de entorno da Fazenda Santo Inácio e Outras
Fonte: RIMA apresentado pelo empreendedor

O uso de recursos hídricos na propriedade provém de 09 pontos de captação para finalidades como irrigação, consumo humano, dessedentação de animais, paisagismo, pulverização agrícola, aspersão de vias, consumo agroindustrial e no quadro abaixo é possível verificar informações detalhadas dos pontos de captação.

Nº do processo	Nº da Portaria/Certificado	Validade	Modo de Uso	Coordenadas
04587/2018	1902882/2020	10 anos a partir de 07/04/2020	Captação subterrânea por meio de poço tubular	Lat: 19° 48' 15,20"S Lon: 48°39' 43,10"W
04586/2018	1903341/2020	10 anos a partir de 24/04/2020	Captação subterrânea por meio de poço tubular	Lat: 19° 47' 56,8"S Long: 48°39' 26,4"W
17905/2024	1906110/2024	10 anos a partir de 24/12/2024	Captação em corpo de água	Lat: 19° 49' 44,75"S Long: 48°38' 27,03"
18075/2024	1903107/2024	10 anos a partir de 19/09/2024	Captação em barramento c/ regularização de vazão	Lat: 19° 49' 07"S Long: 48°38' 49"W



18525/2024	1903258/2024	10 anos a partir de 23/07/2024	Captação em barramento c/ regularização de vazão	Lat: 19° 49'55,00"S Long: 48°39' 04,00"W
18736/2024	1903271/2024	10 anos a partir de 25/07/2024	Captação em barramento c/ regularização de vazão	Lat: 19° 48' 00,00"S Long: 48°40' 13,00"
426656/2023	054418/2023	18/09/2026	Captação de água subterrânea por meio de poço manual	Lat: 19° 48' 15,06"S Long: 48° 39' 44,45"W
426667/2023	054431/2023	18/09/2026	Captação de água subterrânea por meio de poço manual	Lat: 19° 48' 12,75"S Long: 48° 39' 42,26"W
426646/2023	054408/2023	18/09/2026	Captação de água subterrânea por meio de poço manual	Lat: 19° 48' 5,11"S Long: 48° 39' 52,86"W

Há um reservatório do tipo piscinão impermeabilizado para acúmulo de água, conforme cadastro SEI nº1370.01.0062816/2021-89.

Com relação aos equipamentos de medição de consumo (hidrômetros e horímetros), foi verificado em vistoria que nem todos os pontos contavam com tais equipamentos. Foi solicitado em informação complementar a comprovação da instalação, o que foi prontamente atendido pelo empreendedor.

Cabe esclarecer que ainda não foi iniciada a captação no ponto Lat: 19° 49' 07"S Long: 48°38' 49"W referente à portaria 1903107/2024. Ainda não há estruturas físicas para o bombeamento de água, incluindo hidrômetro e horímetro. Logo, será condicionado neste parecer sua comprovação da instalação quando a captação for iniciada.

3.3. Fauna.

O estudo de fauna para composição do Licenciamento Ambiental do empreendimento Fazenda Santo Inácio e Outras foi realizado por meio de obtenção de dados secundários em bibliografias correlatas ao tema, e dados primários com levantamentos de campo, contemplando a sazonalidade, para os grupos mastofauna, herpetofauna, avifauna, ictiofauna e invertebrados (mimercofauna).

Foi observado que o empreendimento não se localiza em Área Prioritária para Conservação (Biodiversitas), classificada como “extrema” e “alta”, segundo o IDE-Sisema.

A Fazenda Santo Inácio e Outras está localizada no município de Campo Florido, que pertence a mesorregião do Triângulo Mineiro de Minas Gerais, fazendo parte de uma das 111 Áreas Prioritárias para Conservação da Avifauna em Minas Gerais, e pertence à área denominada de ‘Leste do Triângulo’, classificada como de ‘potencial’ importância biológica.



Avifauna

O levantamento da avifauna foi realizado em duas campanhas de campo, contemplando a sazonalidade, período seco (setembro/2023) e chuvoso (janeiro/2024), compreendendo um esforço amostral de 80 horas de trabalho de campo. Adotaram-se as metodologias de busca ativa, através de transecções, que consiste em percorrer trilhas dentro das áreas de amostragem em velocidade baixa e constante, com estabelecimento de pontos de escuta, em 06 (seis) áreas amostrais.

Durante os trabalhos de campo, foram registradas 155 espécies de aves, considerando as duas campanhas sazonais, distribuídas em 21 ordens e 47 famílias. Do total de espécies inventariadas, 120 foram registradas durante a primeira campanha (estação seca) e 136 durante a segunda campanha (estação chuvosa).

Citam que as aves mencionadas a seguir obtiveram maior número de registros: *Volatinia jacarina*, *Dendrocygna autumnalis*, *Psittacara leucophthalmus*, *Gnorimopsar chopi*, *Brotogeris chiriri*, *Ara ararauna*, *Pygochelidon cyanoleuca*, *Columbina talpacoti*, *Zenaida auriculata* e *Sicalis flaveola*, representando 26,5% do total.

A área de amostragem AVI01 (coordenada geográfica UTM - 22K 746461/13634 7807596/16818) apresentou maior riqueza e diversidade de avifauna, em relação às demais. Quanto à análise da equitabilidade, denotam-se que seus valores foram altos, mostrando que a comunidade da avifauna presente na propriedade não apresenta espécies dominantes, sendo bastante homogênea entre os locais estudados.

Houve o registro de 03 (três) espécies ameaçadas de extinção:

- *Crax fasciolata* classificada “em perigo” (COPAM, 2010); “criticamente em perigo” (MMA, 2022) e “vulnerável” (IUCN, 2021).
- *Pteroglossus castanotis* classificada “em perigo” (COPAM, 2010) e “pouco preocupante” internacionalmente (ICUN, 2023).
- *Ara ararauna* classificada como “vulnerável” regionalmente (COPAM, 2010); e “pouco preocupante” internacionalmente (IUCN, 2023).

Citam a ocorrência espécie *Tringa solitaria*, considerada migrante do hemisfério norte, e duas espécies endêmicas de Cerrado registradas, *Myiothlypis leucophrys* e *Alipiopsitta xanthops*, registradas apenas na estação seca. Aproximadamente 18% das espécies registradas realizam algum tipo de deslocamento sazonal, sendo



27 migrantes intracontinentais e 02 (dois) migrantes intercontinentais.

Foram registradas 06 (seis) espécies de aves consideradas endêmicas, sendo 05 (cinco) espécies endêmicas do Cerrado (*Alipiopsitta xanthops*, *Herpsilochmus longirostris*, *Crax fasciolata*, *Crax fasciolata*, *Myiothlypis leucophrys* e *Ara ararauna*), e apenas uma endêmica de Mata Atlântica (*Pteroglossus castanotis*). Com exceção de *Alipiopsitta xanthops*, todas as espécies endêmicas registradas apresentam como habitat preferencial as áreas florestais, sendo que *Myiothlypis leucophrys* ainda requer como área preferencial ambientes paludosos, com vegetação densa e úmida em seu interior.

Quanto à sensibilidade aos distúrbios ambientais, 70,4% das espécies de aves foram classificadas como baixa de baixa sensibilidade aos distúrbios. Apenas duas espécies, *Patagioenas plumbea* e *Aramides cajaneus* foram classificadas como altamente sensíveis às perturbações ambientais de origem antrópica.

Elencam o registro de 16 espécies consideradas cinegéticas, ou seja, são alvos de caça para consumo humano, representadas pelas famílias Tinamidae, Columbidae e Anatidae; enquanto houve 20 registros de espécies consideradas alvos de algum tipo de comércio ilegal, criação em cativeiro e retirada de ovos e filhotes dos ninhos, destacando-se espécies das famílias Psittacidae, Turdidae, Icteridae e Thraupidae.

Em relação à dependência de habitats, a maioria são consideradas como essencialmente florestais e campestres (75%), podendo transitar de uma área para outra. Sendo 2,64% das espécies classificadas como exclusivamente florestais, e 9,27% como exclusivamente campestres.

Dentre as guildas alimentares, os insetívoros foram os mais representativos em número de espécies (33%), seguidos pelos onívoros (28,75%) e frugívoros (13%).

Mencionam que em geral as espécies de aves estão distribuídas de maneira uniforme nas áreas de amostragem, resultando numa avifauna comum, de ampla distribuição em áreas de cerrado e em estudos realizados numa matriz agrícola.

Herpetofauna

Para a caracterização da herpetofauna, foi realizada a amostragem em duas campanhas, contemplando a sazonalidade, período seco (setembro/2023) e chuvoso (fevereiro/2024), em 05 (cinco) áreas amostrais.

Para o estudo da herpetofauna adotou-se o método de busca ativa, a partir de deslocamento a pé, e em baixa velocidade em trilhas, estradas, corpos d'água e demais locais propícios; além de registros ocasionais.



Considerando as duas campanhas, houve o registro de 25 espécies, sendo 06 (seis) répteis e 19 anfíbios. Na estação foram registradas 02 (duas) espécies de lagarto, 02 (duas) espécies de crocodilianos e 09 (nove) espécies de anuros. Enquanto no período chuvoso foram encontradas 02 (duas) espécies de lagartos, 02 (duas) espécies de serpentes, 01 (uma) de crocodiliano e 19 espécies de anuros. Portanto, observam-se que a Classe Amphibia e Ordem apresentaram maior representatividade.

Mencionam que a área de estudo apresentou alta riqueza e diversidade; e a análise da equitabilidade indica que os indivíduos estão distribuídos de forma similar entre as espécies e as áreas amostrais. Ainda, os resultados demonstraram o efeito da sazonalidade, cujas observações foram abundantes na campanha de chuva e menos comuns na estação seca.

As espécies mais comuns foram *Physalaemus cuvierii* (92 indivíduos), *Leptodactylus fuscus* (65 indivíduos), seguidas de *Scinax fuscomarginatus* (64 indivíduos). Estas são espécies comuns e toleram um grau alto de antropização.

Dentre as espécies inventariadas, não houve registro de espécies categorizadas em algum grau de ameaça de extinção a nível regional, nacional e internacional. Contudo, registram-se 06 (seis) espécies de anuros endêmicas para o Cerrado, como *Boana lundii*, *Physalaemus nattereri*, *Physalaemus azureus*, *Proceratophrys moratoi*, *Leptodactylus furnarius* e *Barycholos ternetzi*. Entre os escamados, nenhuma espécie é considerada endêmica para o Cerrado.

As espécies registradas estão dentre aquelas esperadas para a região, sendo consideradas de generalistas, também apresentando ampla distribuição geográfica e populações estáveis.

Mastofauna

Foi realizado o diagnóstico da mastofauna de médio e grande porte, contemplando a sazonalidade, período seco (setembro/2023) e chuvoso (janeiro/2024), em 10 áreas amostrais.

Para o estudo de campo adotou-se as metodologias de busca ativa, diurna e noturna, por meio de observações diretas e indiretas, para registros dos indivíduos e de vestígios; e ainda o uso de armadilhamento fotográfico.

Na primeira campanha, estação chuvosa, foram registradas 10 espécies de mamíferos silvestres, distribuídas em oito famílias e seis ordens; enquanto na segunda campanha, estação seca, foram registradas 12 espécies de mamíferos silvestres, distribuídas em 09 (nove) famílias e 06 (seis) ordens.



Ao final das duas campanhas, houve o registro de 13 espécies de mamíferos de médio e grande porte, pertencentes a 10 famílias e 06 (seis) ordens, apontando que houve maior representatividade da ordem Carnivora.

O cachorro-do-mato (*Cerdocyon thous*) destacou-se como a espécie nativa mais frequentemente registrada, representando 38% dos registros, seguido pelo tatu-galinha (*Dasypus novemcinctus*) e gambá-de-orelha-branca (*Didelphis albiventris*).

Registraram-se 02 (duas) espécies ameaçadas, classificadas de acordo com as categorias de ameaças, segundo as listas estadual (COPAM, 2010), nacional (MMA, 2022) e internacional (IUCN, 2021), são elas:

- *Chrysocyon brachyurus*: vulnerável em MG e nacionalmente, e quase ameaçada internacionalmente;
- *Puma concolor*: vulnerável nacionalmente e regionalmente, e pouco preocupante internacionalmente.

Dicotyles tajacu

Ao todo, 04 (quatro) espécies exóticas foram registradas, sendo elas: javaporco (*Sus scrofa*) lebre-europeia (*Lepus europaeus*), cachorro-doméstico (*Canis familiaris*) e gato-doméstico (*Felis catus*).

As espécies registradas na Fazenda Santo Inácio e Outras são de hábitos generalistas em relação a dieta e habitats. A baixa riqueza da mastofauna levantada nos estudos foi justificada pelo tamanho e qualidade dos fragmentos florestais presentes na área do empreendimento, apresentando menor diversidade, e ocorrência de espécies mais comuns na região. Ainda, foi apontando que próximo ao período do estudo, houve a colheita da monocultura, local que poderia servir de abrigo à fauna local.

Embora houve baixo de registro de espécies, citam que juntas apresentam uma diversidade de comportamentos, hábitos locomotores e funções ecológicas, como o registrado de espécies de hábitos terrestres, arborícolas, semifossoriais, e escansoriais. O que implica a importância da diversidade de habitats naturais presentes na Fazenda e entorno para a mastofauna local.

Ictiofauna

O levantamento da ictiofauna aconteceu em 06 (seis) áreas amostrais, contemplando no período chuvoso (janeiro/2024) e seco (maio/2024), a partir de



amostragens quali-quantitativas, com métodos de ativos e passivos, com utilização de petrechos de captura, como rede de espera, covo, rede de arrasto, tarrafas, puçás e peneiras.

Considerando as duas campanhas foram coletados 180 espécimes, distribuídos em 13 espécies, 03 (três) ordens e 09 (nove) famílias. Os resultados alcançados na amostragem realizada representam 25% da ictiofauna regional de potencial ocorrência para área de estudo, tendo como referências demais estudos realizados na região.

A família Characidae apresentou maior riqueza, enquanto a família Cichlidae obteve maior número de indivíduos capturados, seguida de Characidae.

O estudo demonstra que a espécie de maior abundância total e relativa foi *Oreochromis niloticus* (30%), seguida de *Hypostomus ancistroides*, *Hoplias malabaricus* e *Astyanax lacustris*. A maior parte dos indivíduos, são representantes de espécies de pequeno e médio porte.

Os resultados consolidados estão dentro do esperado para a bacia do rio Grande, abrangendo a região da Fazenda Santo Inácio e Outras. Mencionam que as espécies inventariadas nas presentes campanhas já forma levantadas em demais estudos realizados na região, exceto para a espécie *Pseudoplatystoma corruscans*.

Quanto à análise de ameaça a extinção, durante as duas campanhas realizadas registrou-se a espécie *Pseudoplatystoma corruscans*, classificada como “vulnerável” no território nacional (MMA, 2022). Ainda, destacam-se a presença da espécie *Hyphessobrycon uaiso*, considerada espécie alvo do novo “Plano de Ação Nacional para a Conservação das Espécies de Peixes Ameaçadas de Extinção da Bacia do Alto Rio Paraná”, por estar categorizada como “quase ameaçada” na lista nacional de espécies ameaçadas.

Durante o inventariamento foram registradas duas espécies endêmicas para a bacia do alto rio Paraná, também consideradas de ampla distribuição, *Hyphessobrycon uaiso* e *Cichlasoma paranaense*. Citam a ocorrência das espécies bioindicadoras, sendo *Prochilodus lineatus*, indicadora de boa qualidade ambiental, enquanto a *Oreochromis niloticus*, é indicadora de má qualidade ambiental. Não foram registradas espécies de vida restrita, raras ou novas para a ciência.

Durante as duas campanhas houve o registro de *Prochilodus lineatus* e *Pseudoplatystoma corruscans*, espécies migradoras de grande distância; e *Rhamdia quelen*, espécie migradora de curta distância.

Citam que a composição de espécies condiz com o esperado quando observado as bacias do rio Alto Paraná. Ainda, as curvas do coletor e de rarefação tenderam à estabilidade, demonstrando que o esforço empregado foi suficiente para



representar a ictiofauna residente na área de influência da Fazenda Santo Inácio e Outras.

Entomofauna

O estudo da entomofauna (subgrupo Mimercofauna) ocorreu no período chuvoso (janeiro/2024), em 06 (seis) áreas amostrais.

Em cada área foi estabelecido um transecto de 100 m, onde foram dispostas no solo e na vegetação armadilhas do tipo pitfall, distantes 10 m um do outro, totalizando 20 armadilhas por transectos.

Durante o levantamento, foram inventariadas 99 formigas, pertencentes a 35 espécies, 18 gêneros e 06 (seis) subfamílias. O gênero *Pheidole* apresentou a maior riqueza, com 11 espécies coletadas; e maior frequência (36% dos registros). Do número total de formigas, 31 espécies obtiveram registros exclusivos nas áreas de vegetação nativa, enquanto 03 (três) foram exclusivas de áreas de cultivos agrícolas, e 01 (uma) ocorreu em ambos os locais. Das 32 espécies presentes nas áreas de vegetação nativa, 26 foram encontradas no solo e 11 na vegetação.

As espécies coletadas com maior frequência na Fazenda Santo Inácio e Outras foram *Pheidole oxyops*, *Ectatomma edentatum* e *Gnamptogenys striatula*. Estas espécies também foram as mais frequentes nas áreas com vegetação nativa. Enquanto, nas áreas de monoculturas, as espécies mais frequentes foram *Pheidole oxyops*, *Pheidole spininodis* e *Brachymyrmex sp.2*.

Não foram registradas espécies ameaçadas de extinção, tanto a nível nacional quanto para o estado de Minas Gerais, bem como espécies exóticas e raras.

Através das curvas de acumulação de espécies, verificaram que a amostragem foi satisfatória devido à tendência à estabilização das mesmas nos dois tipos de ambientes amostrados, havendo o registro de 66% das espécies esperadas a serem encontradas.

Programa de monitoramento de Fauna

Considerando que as atividades desenvolvidas na Fazenda Santo Inácio e Outra impactam a fauna local, o programa tem como objetivo monitorar o impacto das atividades desenvolvidas no empreendimento sobre a avifauna, herpetofauna, ictiofauna, entomofauna e mastofauna, nas áreas diretamente afetadas (ADA) e nas áreas de influência direta (AID), considerando os mesmos pontos de amostragens



utilizados no inventariamento. Com base nos dados obtidos irá propor, programar e aplicar medidas mitigadoras adequadas para minimizar os impactos sobre a fauna.

O monitoramento ocorrerá durante 09 anos, com realizações de 03 (três) campanhas, abrangendo o período seco e chuvoso de cada ano. A 1^a e 2^a campanhas, deverão ser executadas no terceiro ano de vigência da licença; a 3^a e 4^a campanhas, deverão ser executadas no sexto ano de vigência da licença; e a 5^a e 6^a campanhas deverão ser executadas no nono ano de vigência da licença.

Contudo, ao final de cada campanha deve-se elaborar e apresentar um relatório parcial para análise dos dados obtidos, e ao final do estudo apresentar o relatório final consolidado de todas as campanhas.

O programa deve buscar avaliar as distribuições espacial e temporal das espécies na ADA e AID do empreendimento, em especial as espécies ameaçadas de extinção e migratórias.

3.4. Flora.

A Fazenda Santo Inácio e Outras está localizada em região de ocorrência do bioma Cerrado em suas várias formações florestais e campestres e pequena porção do bioma Mata Atlântica. A paisagem é predominantemente agrícola, com alguns fragmentos de vegetação nativa.

Para o levantamento florístico qualitativo, foi utilizada a metodologia de Avaliação Ecológica Rápida (AER) e imagens aéreas realizadas com drone. Foi feito caminhamento e reconhecimento dos tipos de vegetação, e elaboração de lista de espécies de diversos hábitos (arbóreas, arbustivas, herbáceas, epífitas e trepadeiras) presentes no local.

Os resultados em campo identificaram as fitofisionomias de Cerradão, Mata de Galeria e Vereda nos limites do empreendimento. Em alguns pontos foi verificado a existência de Savana Florestada.

O levantamento florístico (Avaliação Ecológica Rápida) revelou que a área de estudo apresenta riqueza florística, sendo amostrado um total de 127 espécies vegetais, distribuídos em 54 famílias botânicas com maior ocorrência de espécies das famílias Rubiaceae, Myrtaceae e Annonaceae. Estes fragmentos apresentam alta similaridade florística com fragmentos conservados amostrados na região do Triângulo Mineiro.

Foram identificadas espécies consideradas ameaçadas de extinção, a saber: as do gênero *Handroanthus* sp. (ipês), a *Cedrela fissilis* (cedro), a *Mauritia flexuosa* (buriti) e a *Euterpe edulis* (palmito juçara).



As veredas da Fazenda Santo Inácio e Outras ocorrem onde há afloramento do lençol freático e em Gleissolo. Grande parte das Veredas amostradas está em bom estado de conservação, cuja composição varia entre estratos herbáceo-arbustivo denso e estrato arbóreo denso.

As matas de galeria da área apresentam bom estado de conservação no geral, com densidade arbórea alta, apresentando um dossel de 12 a 14 m, com indivíduos emergentes de até 17 m de altura.

Quanto à fitofisionomia de Cerradão, o estudo apresenta que o estrato arbóreo regenerativo está bem formado e ocorre grande deposição de serapilheira, garantindo o potencial de autorregeneração da floresta e a ciclagem de nutrientes destas comunidades vegetais.

3.5. Cavidades naturais.

Quanto à ocorrência de cavidades naturais, os dados do Cadastro Nacional de Informações Espeleológicas – CANIE não indicam a presença de cavidades próximas. De acordo com a plataforma IDE-SISEMA, a área diretamente afetada tem ocorrência de médio e baixo potencial devido à presença de arenitos da Formação Vale do Rio do Peixe (médio potencial) e basaltos da Formação Serra Geral (baixo potencial).

3.6. Socioeconomia.

Área de influência indireta relativa ao meio socioeconômico

No meio socioeconômico, a Área de Influência Indireta - AII abrange o município de Campo Florido por ser onde acontecem as relações sociais e econômicas dos envolvidos no presente processo. Sua extensão territorial é de 1.264,25 km², uma população de 8.466 habitantes, sendo que predomina a população urbana com 75,81% frente à população rural que equivale a 24,19%.

Campo Florido faz limite com os seguintes municípios: Prata, Pirajuba, Comendador Gomes, Frutal, Veríssimo e Conceição das Alagoas.

Entre 1991 e 2021, houve expressivo crescimento da população associado com melhoria de qualidade de vida da cidade e movimento de êxodo rural. O número saltou de 4.519 habitantes para os atuais 8.466 habitantes, com predomínio da população na faixa etária compreendida entre os 20 e 49 anos, a qual corresponde majoritariamente à população em idade economicamente ativa.



O município conta com uma alta taxa de imigrantes, evidenciado por dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo ele, em 2010 a porcentagem de imigrantes corresponde a 25% da população, movimento causado pelas atividades ligadas ao setor agrícola, especialmente relacionado ao setor de cana-de-açúcar.

De acordo com os estudos apresentados, o IDHM (Índice de desenvolvimento humano município) passou de 0,65 no ano de 1991 para 0,52 no ano de 2010, demonstrando redução nos níveis de desigualdade social neste período.

O nível de renda pode ser verificado pelos valores da renda per capita mensal, os valores registrados em 1991 e 2010 indicam crescimento de 58,63%, passando de R\$ 488,48 para R\$ 774,88.

Quanto ao sistema de ensino, o município conta com 3 escolas públicas da rede municipal que atendem cerca de 447 alunos da pré-escola e creche. Para alunos do ensino fundamental, há 4 escolas públicas, sendo 3 municipais e 1 estadual e para o ensino médio, há 1 escola estadual que atende cerca de 265 alunos.

O atendimento às necessidades de saúde da população, compreendem o setor primário ou de atenção básica, que é composto pelo PSF – Programa de Saúde da Família e ambulatórios, e são ofertados pelas Unidades Básicas de Saúde. O setor secundário engloba os serviços de média complexidade, tais como radioterapias, quimioterapia, mamografia, entre outros.

O serviço de saneamento é prestado pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA) e de acordo com o Censo IBGE 2010, 73% dos domicílios são atendidos pela rede de esgoto, 1% possuem fossa séptica, 24% possuem fossa rudimentar e os demais 2% correspondem a valas, rios e lagos como eliminação do esgotamento.

O abastecimento de água é feito pela COPASA, proveniente de 2 captações por meio de poço tubular, cuja água é tratada antes de ser distribuída.

A coleta de lixo é realizada pela prefeitura, sendo que o serviço atende 1.626 domicílios. Os resíduos sólidos são levados para o aterro municipal de Uberaba. Cabe informar que Campo Florido possui coleta seletiva e centro de triagem para materiais recicláveis.

A distribuição de energia elétrica do município de Campo Florido é realizada pela Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG).

Patrimônio Natural e Cultural



Com relação aos patrimônios culturais, verificou-se que o município apresenta fortes valores relacionados à tradição católica, que tem a Igreja de Nossa Senhora das Dores reconhecida como um marco histórico e cultural, sendo esta a primeira igreja fundada no município.

No que se refere ao patrimônio arqueológico, não foram encontrados registros de sítios e/ou artefatos arqueológicos homologados no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos – CNSA, para o município de Campo Florido-MG. A pesquisa foi realizada utilizando-se o sistema online de informações do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (<<http://portal.iphan.gov.br/sgpa/?consulta=cnsa>>).

3.7. Reserva Legal e Área de Preservação Permanente.

O imóvel possui área matriculada de 1.968,2179 ha, porém sua área real é de 2.023,3028 ha, conforme georreferenciamento realizado. O processo encontra-se em processo de validação pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), visando regularização das matrículas para que estas possuam a real área do imóvel.

A Fazenda Santo Inácio e Outras possui 217,6376 ha de Reserva Legal localizados dentro de seus limites territoriais e 237,40 ha em regime de compensação na propriedade denominada Fazenda São Miguel Arcanjo, no município de Sacramento-MG, objeto da matrícula 14.260 e Cadastro Ambiental Rural - CAR nº MG-3156908-E409.F066.56FE.4203.8D90.A222.5A30.6BCD. O somatório das áreas supera os 20% exigidos pela legislação atual, correspondendo a cerca de 22,5% do total da área do imóvel, já considerando o incremento de área devido ao georreferenciamento.

A proposta de compensação foi apresentada, conforme protocolo SEI nº 110973454, contendo a documentação para emissão do Termo de Averbação de Reserva Legal dos 237,40 ha na Fazenda São Miguel Arcanjo, nos moldes da Portaria do IEF nº 55, de 23 de abril de 2012.

Em se tratando de área compensada, foi solicitado em informação complementar, um laudo evidenciando a caracterização, situação e estado de conservação da vegetação nativa da Fazenda São Miguel Arcanjo. Conforme este documento, as fitofisionomias encontradas são Florestas de Galeria, Savana Florestada e Campo Rupestre. A área de Campo Rupestre apresenta ótimo estado de conservação com grande diversidade de espécies herbáceas nativas, ocupando pontos com maior altitude e declividade. As áreas de Savana Florestada da reserva legal fazem divisa



com as Florestas de Galeria localizadas nos pontos mais baixos do terreno e possuem bom estado conservação com elevado adensamento arbóreo de espécies savânicas. As Florestas de Galerias possuem espécies de grande porte e características de estágios avançados de sucessão, em bom estado de conservação em sua maioria. Portanto, será condicionado neste parecer a apresentação da matrícula atualizada dos imóveis envolvidos com o termo devidamente averbado.

As áreas de reserva legal dentro do imóvel são constituídas por vegetação típica do Bioma Cerrado com espécies pertencentes às fitofisionomias de Cerradão, Mata de Galeria e Vereda, no geral em bom estado de conservação. As áreas de preservação permanente estão computadas no percentual da reserva.

Quanto ao CAR, a Fazenda Santo Inácio e outras possui as seguintes inscrições:

- MG-3111408-D50D.8888.9186.45FA.8945.C065.5A8F.A43D (83,5470 ha de reserva Legal declarada);
- MG-3111408-6FBB.1308.A01D.40A1.A463.220C.2305.C4E8 (38,5233 ha de reserva Legal declarada) ;
- MG-3111408-28C6.A6AD.DC3F.4EDF.8115.CB70.ABBA.7330 (8,7090 ha de Reserva legal declarada);
- MG-3111408-B1F7.65B5.4AE5.4DAE.9DBA.3DCD.6431.D4E9 (18,8378 ha de Reserva Legal declarada);
- MG-3111408-DF1DADBC.339F.4604.A411.2EC7.8783.2EEA (68,0205 ha de Reserva Legal declarada).

As áreas de preservação permanente da Fazenda Santo Inácio e Outras representam 125,8919 ha do total do imóvel e são constituídas por vegetação típica de Floresta de Galeria e de Veredas, com presença de buritis, conforme figura a seguir.



Figura 4: Área de Preservação Permanente
Fonte: RIMA apresentado pelo empreendedor



Durante a vistoria, foram identificadas áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e áreas de recuo com forte presença de espécies invasoras, principalmente capim braquiaria. Tal situação ocorre principalmente nas bordas dos fragmentos nativos, o que impede o desenvolvimento das espécies vegetais nativas.

Tais áreas estão contempladas no programa recuperação de áreas degradadas e alteradas a ser detalhado no item Programas Ambientais.

3.8. Intervenção Ambiental e Compensações.

A Fazenda Santo Inácio e Outras possui 125,8919 ha de Área de Preservação Permanente, dos quais 37,5230 ha apresentam intervenções em APP de uso antrópico consolidado, ou seja, intervenções que ocorreram antes de 22/07/2008, conforme linha de corte estabelecida na Lei nº 20.922/2013. Elas são representadas por estradas/acessos, barramento em curso d'água, edificação e cascalheiras.

Para comprovar o uso antrópico consolidado, o empreendedor apresentou em resposta à informação complementar, imagens de satélite obtidas junto ao software Google Earth Pro, datadas de maio de 2000 e maio de 2004 e de agosto de 2023, estabelecendo comparativos.

Conforme documentação apresentada, é possível constatar que as intervenções existentes caracterizam-se por antrópicas consolidadas, ou seja, ocorreram anteriormente à data estabelecida pela Lei Florestal Estadual nº 20.922/2013.

Diante da inexistência de alternativa técnica locacional para as intervenções realizadas, sugerimos a autorização das mesmas e permanência em área de preservação permanente, ocupando uma área de 37,5230 ha, sendo expressamente vedada sua expansão em APP sem procedimento administrativo prévio.

Durante a vistoria, foram constatados indícios de supressão de vegetação nativa em área comum. Durante análise, a área foi medida utilizando-se a plataforma eletrônica do Programa Brasil Mais - Meio Ambiente Integrado e Seguro (Ministério da Justiça e da Segurança Pública e Secretaria Nacional de Segurança Pública), resultando em 9,34 ha em área comum, divididos em 3 fragmentos. Em resposta à informação complementar, o empreendedor apresentou o protocolo de formalização do processo de requerimento de autorização de intervenção ambiental corretiva no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e foi solicitada a apresentação de Documento de Intervenção Ambiental em caráter corretivo - Processo SEI 2090.01.0001419/2025-64.



Foi elaborado um inventário florestal por meio de levantamento testemunho da vegetação adjacente, com a finalidade de subsidiar a obtenção da Autorização para Intervenção Ambiental (AIA) corretiva, referente à supressão de 9,340 ha.

Os indivíduos identificados na área testemunho foram identificados ao nível de espécie e calculados seus respectivos parâmetros fitossociológicos e volume de madeira. Estima-se que houve a supressão de 99 indivíduos de *Caryocar brasiliense* (pequizeiro), com base no inventário realizado.

O inventário testemunho apontou a ocorrência de uma fitofisionomia semelhante ao que foi suprimida: Savana Florestadas (rala – árvores isoladas e densa) nos 9,340 ha suprimidos. No total estima-se que tenham sido suprimidos cerca de 5.186 indivíduos. O rendimento volumétrico total estimado para as áreas corresponde a 597,201 m³/ 9,34 ha, sendo 524,442 m³ referentes à lenha de floresta nativa e 72,759 m³ para aproveitamento de madeira de floresta nativa.

4. COMPENSAÇÕES

4.1. SNUC

A compensação ambiental prevista no artigo 36, da Lei nº 9.985/2000, consiste na obrigação imposta ao empreendedor, nos casos de atividade de significativo impacto ambiental, de apoiar a implantação e manutenção de unidades de conservação da natureza integrantes do grupo de proteção integral.

A compensação ambiental possui caráter nitidamente econômico. A lei, ao determinar a fixação do percentual da compensação de acordo com o grau de impacto ambiental causado pelo empreendimento (artigo 36 § 1º), acaba por inserir a variante ambiente no planejamento econômico do empreendimento potencialmente poluidor. No entanto, a cobrança da compensação ambiental fundamenta-se no estudo prévio de impacto ambiental e seu respectivo relatório – EIA/RIMA.

Cumpre definir, portanto, quais são os significativos impactos ambientais identificados no EIA que ensejam a cobrança da compensação. O Decreto Estadual 45.175/2009, que estabelece metodologia de gradação de impactos ambientais e procedimentos para fixação e aplicação da compensação ambiental, apresenta em seu anexo único os indicadores ambientais para o cálculo da relevância dos significativos impactos ambientais, quais sejam:

- Interferência em áreas de ocorrência de espécies ameaçadas de extinção, raras, endêmicas, novas e vulneráveis e/ou em áreas de reprodução, de pousio e de rotas migratórias;

- Introdução ou facilitação de espécies alóctones (invasoras);

	GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro Coordenação de Análise Técnica - CAT	SLA nº 1440/2024 Data: 27/03/2025 Pág. 1 de 18
---	--	--

- Interferência/supressão de vegetação, acarretando fragmentação;
- Interferência em cavernas, abrigos ou fenômenos cársticos e sítios paleontológicos;
- Interferência em unidades de conservação de proteção integral, sua zona de amortecimento, observada a legislação aplicável;
- Interferência em áreas prioritárias para a conservação, conforme “Biodiversidade em Minas Gerais - Um Atlas para sua Conservação”;
- Alteração da qualidade físico-química da água, do solo ou do ar;
- Rebaixamento ou soerguimento de aquíferos ou águas superficiais;
- Transformação ambiente lótico em lêntico;
- Interferência em paisagens notáveis;
- **Emissão de gases que contribuem efeito estufa;**
- **Aumento da erodibilidade do solo e;**
- Emissão de sons e ruídos residuais.

Levando-se em consideração que os itens em negrito são considerados como de significativos impactos ambientais na área destinada ao empreendimento e diante das conclusões aferidas do EIA, será condicionado à aplicação da compensação ambiental disposta na Lei nº 9.985/2000.

5. ASPECTOS/IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

5.1. Efluentes líquidos.

Os efluentes líquidos gerados no empreendimento são: esgoto sanitário e, efluente da área de abastecimento de combustível e lavagem de veículos, óleo usado oriundo de manutenções e efluente das baias de confinamento e do pátio de compostagem.

Medida(s) mitigadora(s):

O esgoto sanitário produzido nas residências e escritório é direcionado para fossas sépticas seguidas de sumidouro, o efluente da área de abastecimento de combustível e lavagem de veículos é direcionado para caixa separadora de água e óleo (SAO) e o efluente proveniente do confinamento é destinado à uma lagoa de tratamento. Cabe informar que uma nova lagoa estava sendo construída, afim de



atender maior capacidade de geração deste tipo de efluente e será condicionado neste parecer a comprovação de sua conclusão.

O óleo usado é recolhido em bombonas, armazenado em local coberto e impermeabilizado até ser recolhido por empresa especializada em sua destinação final.

O tanque aéreo do posto de abastecimento está inserido em bacia de contenção, porém não há cobertura e necessita de adequação, a qual será exigida a comprovação através de condicionante.

5.2. Resíduos Sólidos.

Os resíduos sólidos gerados durante as operações conduzidas no empreendimento são: de origem doméstica/escritório (papel, plástico, vidro, metal, restos orgânicos), resíduos contaminados com óleos e graxas, resíduos oleosos (limpeza da CSAO), sucatas e metais, embalagens vazias de defensivos agrícolas, embalagens vazias de produtos veterinários e agulhas.

Medida(s) mitigadora(s):

Os resíduos de origem doméstica/escritório não recicláveis são armazenados em tambores e destinados para a coleta municipal de Campo Florido. A parte reciclável é destinada à coleta seletiva e a parte orgânica serve de alimento para animais domésticos ou adubo orgânico. A sucata metálica é vendida para ferro velho.

Os resíduos contaminados com óleos e graxas como estopas, filtros de óleo e lodo retirado da caixa SAO são armazenados temporariamente em local coberto e impermeabilizado dentro de bombonas e destinados à empresa especializada em sua coleta.

As embalagens vazias de defensivos agrícolas são armazenadas temporariamente na propriedade em galpão que necessita de adequações, as quais o empreendedor deverá comprovar através de condicionante estabelecida neste parecer. Posteriormente elas são encaminhadas para logística reversa.

Quanto às agulhas utilizadas para vacinação e aplicação de medicamentos, atualmente o empreendedor destina para o aterro municipal de Campo Florido, prática que não é correta. A destinação final correta deverá ser comprovada através do cumprimento da condicionante do Programa de Automonitoramento, conforme planilha do ANEXO II.



Em caso de morte de animais, as carcaças devem ser destinadas corretamente, podendo ser feito o enterro em valas ou compostagem, exceto para o caso de animais mortos por doenças de controle oficial.

5.3. Emissões atmosféricas.

As emissões atmosféricas geradas na operação do empreendimento são aquelas provenientes da combustão de motores movidos à óleo diesel.

Medida(s) mitigadora(s):

Como medida mitigadora, é adotada a manutenção mecânica periódica visando a boa qualidade da frota de veículos e equipamentos. Cabe informar que é realizado teste de emissão de fumaça preta com Escala Ringelmann para aferir se o lançamento se encontra dentro dos padrões permitidos.

6. PROGRAMAS AMBIENTAIS

A partir da avaliação dos impactos ambientais, o empreendedor apresentou os seguintes programas para mitigar, compensar, controlar e monitorar os impactos passíveis de ocorrência no empreendimento.

6.1 Programa de Conservação de Solo

6.2 Para manter o solo em suas melhores condições e preservar as suas características físicas, o empreendedor já adota medidas como aplicação adequada de fertilizantes com base em análises de solo e recomendações agronômicas para minimizar o risco de contaminação do solo.

Além disso, adota medidas de monitoramento, conservação das estradas de circulação internas da Fazenda Santo Inácio e Outras e manutenção preventiva para evitar processos erosivos e carreamento de sedimentos particulados para as partes mais baixas da bacia.

Implantação de bolsões e sistema de drenagem nas estradas, dissipadores de energia do escoamento superficial, correção das estradas com a utilização de motoniveladora são exemplos das ações adotadas lagoa de estabilização que recebe dejetos provenientes do confinamento.



6.3 Programa de Adequações das Estruturas da Propriedade

Algumas estruturas de apoio às atividades necessitam de adequações.

Em toda a área de confinamento serão construídas canaletas de drenagem para direcionamento do efluente líquido para a lagoa de estabilização. Além disso, No momento da vistoria o empreendedor estava escavando uma nova lagoa que comportará o efluente das baías de confinamento, aumentando a capacidade de armazenamento. Ela será impermeabilizada com geomembrana de Polietileno de Alta Densidade (PEAD) ou polímero impermeabilizante.

Também serão construídas canaletas de drenagem na parte baixa do pátio para recolhimento do efluente gerado, que será direcionado para uma bacia de contenção impermeabilizada. O sistema também contará com uma caixa de decantação de resíduos sólidos, revestida de concreto possibilitando a limpeza periódica, conforme a necessidade. Uma chorumeira será utilizada para aplicação do dejeto nas áreas de lavoura.

6.4 Programa de Monitoramento de Efluentes Líquidos

O programa contempla o uso de sistemas sépticos, compostos por fossa, filtro anaeróbio e sumidouro para os locais de geração de efluentes sanitários e avaliação e o monitoramento anual da eficiência dos sistemas sépticos implantados, por meio do monitoramento.

Para os efluentes oleosos, o empreendimento possui sistema de drenagem e caixa de separação de água e óleo, fazendo-se necessário realizar o monitoramento dos efluentes oleosos para avaliar a eficiência dos sistemas de tratamento, identificando e corrigindo de falhas, se existentes, buscando a adequada disposição final e obedecendo aos requisitos legais estabelecidos para tal.

O empreendedor propõe que seja feita anualmente a coleta de amostras por profissional habilitado e análise laboratorial para verificar a qualidade do efluente tratado. Os resíduos sólidos retidos, que se acumulam no sistema, deverão ser retirados manualmente ou por meio de sistemas a vácuo, visando manter a eficiência do sistema e a não poluição do meio ambiente. Os óleos retirados dos sistemas separadores água e óleo devem ser encaminhados para empresas que realizam o refino e o material retido no fundo da caixa separadora deverá ser retirado e encaminhado ao aterro industrial.

Quanto aos efluentes provenientes do confinamento, os dejetos semilíquidos e líquidos produzidos são destinados a uma lagoa de estabilização. Uma nova lagoa já

	<p>GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro Coordenação de Análise Técnica - CAT</p>	<p>SLA nº 1440/2024 Data: 27/03/2025 Pág. 1 de 18</p>
---	--	---

está em fase de construção, para o tratamento destes efluentes e posterior aplicação como biofertilizante, seguindo as determinações agronômicas de acordo com as análises do efluente, do solo e de necessidade da lavoura onde o se dará a aplicação.

Quando estiver próximo de enchimento total, a lagoa é submetida a uma limpeza para a retirada do lodo biológico que é rico em microrganismos e em nutrientes como fósforo, potássio e nitrogênio, podendo ser aproveitado em adubações orgânicas e/ou preparações de composto orgânico.

6.5 Programa Interno de Autofiscalização da Correta Manutenção da Frota

Este programa avaliará anualmente as emissões atmosféricas dos veículos movidos a diesel, utilizando a escala Ringelmann, atendendo a ABNT NBR 6016:2015. Manutenções corretivas deverão ser realizadas em caso de emissão em desconformidade com o permitido.

6.6 Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos

O empreendedor propõe a separação dos resíduos gerados na Fazenda Santo Inácio em recipientes adequados como containers, tambores identificados com o tipo de resíduo, para que haja a destinação e reutilização ou reciclagem desses resíduos, conforme sua classe.

O programa contempla a adequação dos sistemas de armazenamento de resíduos conforme sua classe e é válido ressaltar que na Fazenda Santo Inácio e Outras, conforme citado anteriormente, existe a necessidade de adequação dos depósitos de embalagens cheias e vazias de defensivos agrícolas, ação já devidamente condicionada neste parecer.

As embalagens de defensivos agrícolas serão devolvidas nos comércios onde foram adquiridos os produtos. Os resíduos contaminados com óleos e graxas serão destinados para empresas previamente licenciadas e autorizadas para fazer o recolhimento e destinação final ambientalmente correta.

6.7 Programa de Monitoramento de Fauna

Este programa foi descrito no item 3.3 Fauna no corpo deste parecer.

6.8 Programa de Educação Ambiental (PEA)



Para elaboração do Programa de Educação Ambiental, foi realizado um Diagnóstico Socioambiental Participativo junto aos grupos sociais impactados pelo empreendimento, positiva ou negativamente.

A área de abrangência de educação ambiental (Abea) compreende o entorno da área de inserção do empreendimento. Nela estão contidos o Projeto de Assentamento Nova Santo Inácio Ranchinho, as propriedades que fazem limite com a Fazenda Santo Inácio e Outras, bem como arrendatários e/ou trabalhadores rurais e seus próprios colaboradores.

Estratégias de comunicação com os públicos interno e externo permitiram realizar o levantamento de suas percepções ambientais. Através de entrevista semi-estruturada, foi possível obter conhecimento das condições socioambientais atuais e suas respectivas demandas, bem como apontamento de temas de interesse dos mesmos.

Com relação ao público externo, a comunicação com as lideranças comunitárias do PA Nova Santo Inácio Ranchinho foi fundamental para uma caracterização efetiva dos moradores e da história da comunidade.

Foram então realizadas entrevistas devolutivas para expor os resultados obtidos e discussão com cada público acerca das prioridades a serem abordadas e validação das propostas.

De acordo com os resultados, para o projeto de assentamento, temas como biodiversidade local, preservação de nascentes, capacitação técnica agrícola, resíduos sólidos, danos ambientais pelo uso de agrotóxicos e queimadas foram os mais importantes a serem abordados. Com as propriedades lindeiras, foi verificado que temas como resíduos perigosos, preservação da fauna e flora, fiscalização ambiental e espécies nativas do cerrado são relevantes. Para o público interno, biodiversidade local, fauna silvestre, resíduos sólidos e perigosos, agricultura sustentável, preservação de nascentes, espécies nativas do cerrado e produção de mudas, bem como queimadas foram os temas definidos para abordagem em palestras, oficinas, cursos e materiais educativos.

A proposta do PEA da Fazenda Santo Inácio e Outras engloba uma mostra de cinema junto aos alunos da Escola Municipal Santa Terezinha abordando temas relacionados ao meio ambiente (resíduos sólidos, proteção dos recursos hídricos, preservação da fauna e flora e queimadas), bem como a participação das turmas de 4^a e 5^a série nas atividades deste programa.

Junto ao projeto de assentamento, a proposta é de oferecer oficinas direcionadas às mulheres, com ênfase na geração de renda, como a de produção de sabão utilizando óleo reaproveitado, quando o foco for resíduos sólidos, e explorar



alternativas de beneficiamento relacionadas à utilização de frutos do cerrado, quando a ênfase for na biodiversidade local.

Para o público interno, serão oferecidas atividades práticas relacionadas a produção de mudas nativas do Cerrado e produção e distribuição de materiais informativos (cartazes, cartilhas, folders) com ênfase nos temas citados pelo grupo social no diagnóstico, acompanhada de rodas de conversa. Com objetivo de preservar a fauna e a flora local, também serão instaladas placas de sinalização nas áreas legalmente protegidas.

Os indicadores envolvem contabilizar o número de propriedades rurais inseridas na Abea X número de propriedades rurais atendidas, quantidade de material produzido e distribuído X número de campanhas realizadas, número de moradores abordados X número de campanhas realizadas e número de oficinas X número de participantes.

O Programa de Educação Ambiental deve ser desenvolvido durante toda a vigência da licença ambiental do empreendimento e o empreendedor deverá apresentar o Formulário de Acompanhamento e o Relatório de Acompanhamento, conforme condicionante específica.

6.9 Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas e Alteradas (PRADA)

Frente à necessidade de recuperação de áreas de preservação permanente e reserva legal destituídas de vegetação, o empreendedor apresentou o projeto de recuperação de áreas degradadas e alteradas.

A recomposição se dará em duas frentes que contemplam a regeneração natural para 1,42 ha onde há potencial de desenvolvimento do banco de sementes; e enriquecimento ambiental em 30,22 ha, através de plantio de mudas de vegetação nativa e semeadura direta.

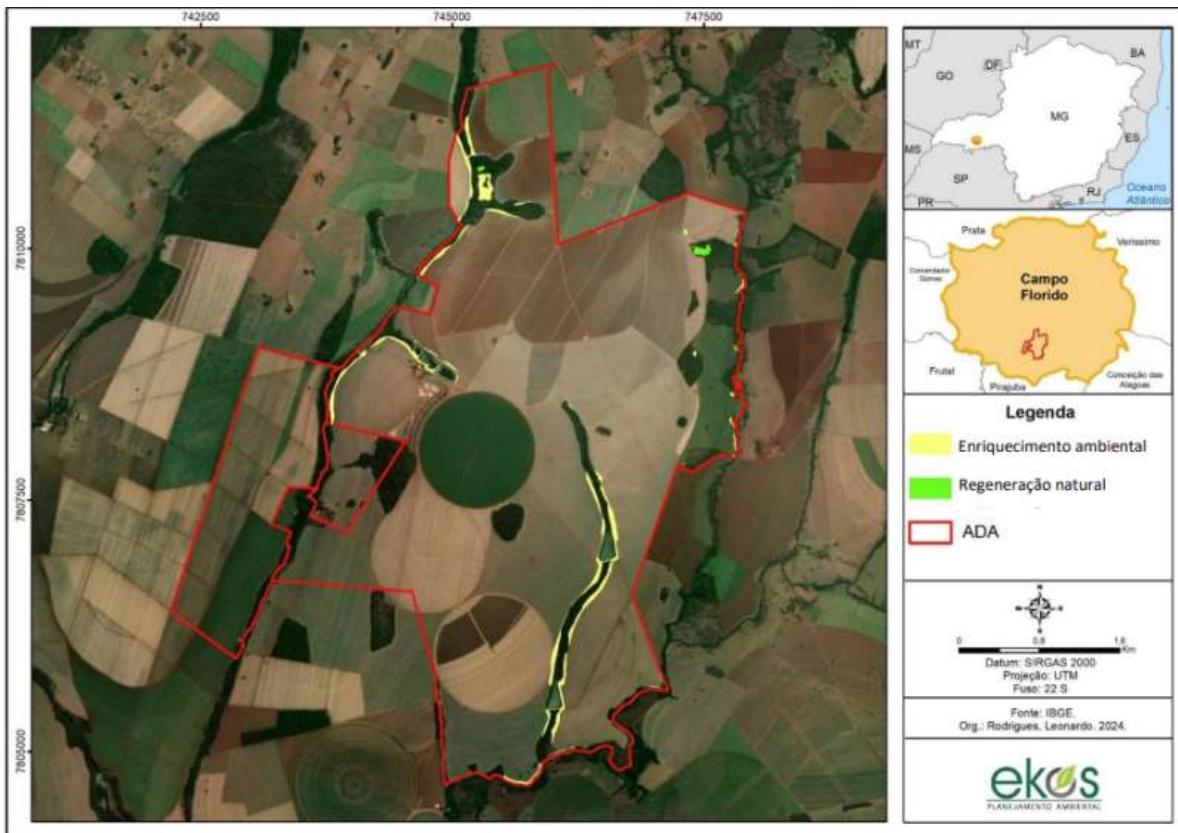


Figura 5: Áreas alvo de recuperação de vegetação nativa.
Fonte: Plano de Controle Ambiental apresentado pelo empreendedor.

As áreas sujeitas à regeneração natural serão monitoradas por 2 anos, a fim de verificar a evolução. Considerando os benefícios, poderá ser realizado o controle de gramíneas exóticas, caso seja verificado que a presença de tais espécies está prejudicando o recrutamento e desenvolvimento de espécies nativas. Após esse tempo, as áreas serão reavaliadas quanto à necessidade de adoção de outras ações complementares.

O enriquecimento ambiental será realizado na borda das APPs e dos fragmentos de vegetação em que foi verificada a presença de solo desnudo e dominância de gramíneas exóticas, além das áreas de recuo do plantio.

Será feito o plantio de mudas de espécies florestais nativas pioneiras, secundárias e clímax, com espaçamento de 03 metros entre as mudas e entre linhas, estando as espécies clímax no centro e distribuindo-se as pioneiras e as secundárias nas laterais em uma área de 15,11 ha.

A outra metade da área será contemplada com a semeadura direta de sementes de mudas nativas para promover o processo de sucessão ecológica. As sementes de



espécies nativas que apresentam um alto grau de germinação são plantadas em covas ou distribuídas a lanço. Essa técnica será utilizada próximo às áreas de veredas, onde há predominância de espécies herbáceas e arbustivas.

Tendo em vista a utilização da técnica de semeadura direta em metade da área, um total de 16.802 mudas serão plantadas em 15,11 ha.

Para a execução de plantio e semeadura direta, serão adotadas medidas como combate à formigas antes do plantio, na primeira semana após o plantio, após um mês e manutenção a cada três meses; coveamento e adubação para melhoria da fertilidade e condições físicas do solo; plantio de mudas com 30 cm, selecionadas aquelas que apresentarem boas características físicas, bom estado nutricional e estarem aclimatadas para suportar o estresse durante e após o plantio; coroamento em 50cm ao redor da muda para evitar competição por água, espaço e nutrientes com as plantas daninhas; replantio para aquelas mudas que não sobreviverem decorridos 30 dias do plantio e adoção de práticas conservacionistas como precauções com relação ao fogo.

O cronograma sugerido para o PRADA da Fazenda Santo Inácio e Outras prevê ações a serem desenvolvidas no período de 6 (seis) anos, sendo o plantio e a semeadura direta diluídos nos três primeiros anos da licença do empreendimento; e o monitoramento da regeneração natural seja realizado por dois anos. Após esse período, e considerando os resultados obtidos, caso haja a necessidade de novas intervenções ou intensificação das mesmas, as medidas propostas poderão ser reavaliadas por profissional devidamente competente. As ações de acompanhamento deverão se estender por toda a vigência, a fim de efetivar a reconstituição da flora das áreas alvo na propriedade.

Devido à supressão de 9,34 ha em área comum, também foi apresentado um PRADA que contempla o plantio compensatório de cinco mudas para cada pequizeiro suprimido, totalizando 495 mudas. As ações a serem adotadas durante a execução deste PRADA serão as mesmas do anterior, com relação aos tratos culturais para as mudas.

7. CONTROLE PROCESSUAL

Inicialmente, verifica-se que o processo foi formalizado e instruído corretamente no tocante à legalidade processual, haja vista a apresentação dos documentos necessários e exigidos pela legislação ambiental, conforme listados na solicitação 2024.01.04.003.0002099, segundo enquadramento no disposto da Deliberação Normativa nº 217/17.

	<p>GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro Coordenação de Análise Técnica - CAT</p>	<p>SLA nº 1440/2024 Data:27/03/2025 Pág. 1 de 18</p>
---	--	--

Nesse sentido, nota-se que foi devidamente anexado no sistema o Certificado de Regularidade nº 5432427, no Cadastro Técnico Federal – CTF/AIDA, conforme determina a Instrução Normativa IBAMA nº 12/2021 e Resolução Conama nº 1/1988, assim como Certidão de Conformidade municipal expedida pelo município de Campo Florido, em atenção e nos moldes do art. 18 do Decreto Estadual 47.383/2018.

Ademais, foi promovida pelo empreendedor a publicação em periódico local ou regional do requerimento de LOC e, também, publicação atinente à publicidade do pedido de licença, efetivada pela URA TM / FEAM, conforme publicação no IOF de 15/08/2024 – pág. 12, ambas em observância ao que determinam os arts. 30 a 32 da DN COPAM nº. 217/2017.

Foi aberto prazo para solicitação de audiência pública, publicado no IOF-MG na data de 15/08/2024, conforme determinam a Resolução CONAMA nº 01 de 1986, Resolução CONAMA nº 09 de 1987 e DN COPAM nº 225, 24 de agosto de 2018, para o qual não houve solicitação de Audiência Pública.

Mister ressaltar, outrossim, que quanto ao uso dos recursos hídricos, este está devidamente regularizado e detalhado em tópico próprio.

O empreendimento possui área de reserva legal determinada em Lei, tendo sido parte desta reserva devidamente regularizada e demarcada em CAR específico, no próprio imóvel, e outra parte como proposta de compensação, em que será condicionada neste parecer a averbação dos respectivos Termos de Responsabilidade de Preservação de Reserva Legal nas matrículas dos imóveis.

Ainda, constata-se pelo exame dos autos em tela que os estudos apresentados e necessários para subsidiar o presente parecer técnico, estão devidamente acompanhados de suas respectivas ART's, mormente PCA/EIA-RIMA.

Destarte, nos termos do art. 15 do Decreto Estadual nº. 47.383/2018, o prazo de validade da licença em referência será de 10 (dez) anos, e deverá, ainda, conforme preconizado pelo inciso III, do art. 14, da Lei Estadual nº. 21.972/2016 e art. 5º do Decreto Estadual nº. 47.383/2018, ser apreciado pela Câmara Técnica Especializada de Atividades Agrossilvipastoris - CAP, do COPAM.

8. CONCLUSÃO

A equipe interdisciplinar da URA TM sugere o deferimento desta Licença Ambiental na fase de Licença de Operação Corretiva para o **empreendimento Fazenda Santo Inácio e Outras, do empreendedor AVELINO DONIZETI TONDIN**, localizado no município de Campo Florido/MG, para as atividades de Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura;



barragem de irrigação ou de perenização para agricultura; criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo; e criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime de confinamento, **pelo prazo de 10 anos**, aliadas às condicionantes listadas no anexo I e automonitoramento do anexo II, devendo ser apreciada pela Câmara Técnica de Atividades Agrossilvipastoris (CAP).

Oportuno advertir ao empreendedor que o descumprimento de todas ou quaisquer condicionantes previstas ao final deste parecer único (Anexo I) e qualquer alteração, modificação e ampliação sem a devida e prévia comunicação a URA TM, tornam o empreendimento em questão passível de autuação.

Cabe esclarecer que a Unidade Regional de Regularização Ambiental do TM, não possui responsabilidade técnica e jurídica sobre os estudos ambientais apresentados nesta licença, sendo a elaboração, instalação e operação, assim como a comprovação quanto a eficiência destes de inteira responsabilidade da(s) empresa(s) responsável(is) e/ou seu(s) responsável(is) técnico(s).

Ressalta-se que a Licença Ambiental em apreço não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de outras licenças legalmente exigíveis. Opina-se que a observação acima conste do certificado de licenciamento a ser emitido.

Qualquer legislação ou norma citada nesse parecer deverá ser desconsiderada em caso de substituição, alteração, atualização ou revogação, devendo o empreendedor atender à nova legislação ou norma que a substitua.

9. QUADRO-RESUMO DAS INTERVENÇÕES AMBIENTAIS AVALIADAS NO PRESENTE PARECER

9.1 Informações Gerais.

Informações necessárias ao Sistema de Decisões de Processos de Intervenção Ambiental:

Município	Campo Florido
Imóvel	Fazenda Santo Inácio e Outras
Responsável pela intervenção	Avelino Donizeti Tondin
CPF/CNPJ	035.875.158-67
Modalidade principal	Intervenção em área comum
Protocolo	2090.01.0001419/2025-64
Bioma	Cerrado
Área Total Autorizada (ha)	9,34 ha
Longitude, Latitude e Fuso	19º 48' 33" Latitude Sul e 48º 39' 49" FUSO 22K
Data de entrada (formalização)	06/02/2025
Decisão	Deferido



Autorização para Intervenção Ambiental Corretiva em área comum.

Modalidade de Intervenção	Intervenção ambiental em área comum - supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo
Área ou Quantidade Autorizada	9,34 ha
Bioma	Cerrado
Fitofisionomia	Savana Florestadas
Rendimento Lenhoso (m³)	597,201 m³
Coordenadas Geográficas	19°48'51.14"S/ 48°40'36.23"O 19°47'42.47"S/ 48°38'18.84"O 19°47'56.39"S/ 48°38'19.62"O

10. ANEXOS

Anexo I. Condicionantes para Licença Ambiental Concomitante da “Fazenda Santo Inácio e Outras”.

Anexo II. Programa de Automonitoramento da Licença Ambiental Concomitante da “Fazenda Santo Inácio e Outras”.

Anexo III. Relatório Fotográfico da “Fazenda Santo Inácio e Outras”.



ANEXO I

Condicionantes para Licença Ambiental Concomitante do empreendimento “Fazenda Santo Inácio e Outras (matrículas 37, 1.011, 8.498, 9.029, 15.641, 17.383, 17.605, 25.610, 28.100, 36.017, 36.019, 36.642, 37.441, 37.487, 47.740, 47.741, 51.512, e 99.615)”

A comprovação do cumprimento das condicionantes do empreendimento deverá ser apresentada por meio de petição intercorrente no processo **SEI nº 2090.01.0004019/2025-92.**

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da licença
02	Apresentar relatório técnico-fotográfico, acompanhado de ART, comprovando a execução do Projeto de Recuperação de Áreas degradadas e Alteradas (PRADA) conforme projeto apresentado e conforme descrito neste parecer.	Anualmente, durante a vigência da licença
03	Apresentar laudo técnico fotográfico com fotos georreferenciadas comprovando a instalação de equipamentos de medição de consumo de recursos hídricos para o ponto Lat: 19° 49' 07"S Long: 48°38' 49"W referente à portaria 1903107/2024.	Quando a captação for iniciada.
04	Executar monitoramento da mastofauna, avifauna, entomofauna, ictiofauna, herpetofauna, em três campanhas, contemplando a sazonalidade. OBS: * 1ª e 2ª campanha deverão ser executadas no terceiro ano de vigência da licença; ** 3ª e 4ª campanha deverão ser executadas no sexto ano de vigência da licença; *** 5ª e 6ª campanha deverão ser executadas no nono ano de vigência da licença; **** entrega de relatório parcial ao final de cada campanha; e apresentar relatório final, compilado de todas as campanhas, na formalização da revalidação da licença.	Durante a vigência da licença.



05	Apresentar as matrículas dos imóveis envolvidos no processo de compensação de Reserva Legal com o(s) respectivo(s) Termo(s) de Responsabilidade de Preservação de Reserva Legal averbados às suas margens.	180 dias após assinatura dos termos emitidos pela URA TM
06	Apresentar relatório técnico fotográfico comprovando a instalação de cobertura no posto de abastecimento.	180 dias
07	Apresentar relatório técnico fotográfico comprovando as adequações dos depósitos de embalagens cheias e vazias de defensivos agrícolas, conforme exigências das normas em vigor.	180 dias
08	Apresentar relatório técnico fotográfico comprovando a implantação de canaletas de drenagem ao longo do pátio de confinamento e ao redor do pátio de compostagem.	180 dias
09	Apresentar relatório técnico fotográfico comprovando a conclusão da lagoa de tratamento dos efluentes provenientes das áreas de confinamento, com ênfase em sua impermeabilização.	180 dias
10	Dar destinação sanitária e ambientalmente correta para as carcaças de animais, podendo ser feito o enterro em valas ou compostagens, exceto para o caso de animais mortos por doenças de controle oficial, para as quais se faz necessário o acompanhamento do órgão responsável, de acordo com recomendações específicas. Comprovar a destinação adequada por meio de relatório técnico e Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. Orientações/Recomendações: Em hipótese alguma o empreendedor pode deixar o animal no ambiente, depositar a carcaça em Área de Preservação Permanente - APP ou Reserva Legal.	Anualmente, durante a vigência da licença
11	Apresentar, no âmbito do Programa de Educação Ambiental, conforme DN nº 214/2017 e 238/2020, os seguintes documentos:	Durante a vigência da Licença



- | | | |
|--|--|--|
| | <p>I. Formulário de Acompanhamento, conforme modelo constante no Anexo II, a ser apresentado anualmente, até trinta dias após o final do primeiro semestre de cada ano de execução do PEA, a contar do início da implementação do Programa;</p> <p>II. Relatório de Acompanhamento, conforme Termo de Referência constante no Anexo I, a ser apresentado anualmente, até trinta dias após o final do segundo semestre de cada ano de execução do PEA, a contar do início da implementação do Programa.</p> | |
|--|--|--|

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da URA -TM, face ao desempenho apresentado;

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.

	GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro Coordenação de Análise Técnica - CAT	SLA nº 1440/2024 Data:27/03/2025 Pág. 1 de 18
---	---	---

ANEXO II

Programa de Automonitoramento da Licença Ambiental Concomitante do empreendimento “Fazenda Santo Inácio e Outras (matrículas 37, 1.011, 8.498, 9.029, 15.641, 17.383, 17.605, 25.610, 28.100, 36.017, 36.019, 36.642, 37.441, 37.487, 47.740, 47.741, 51.512, e 99.615)”

1. Resíduos Sólidos e Rejeitos

Apresentar, semestralmente, relatório de controle e destinação dos resíduos sólidos gerados conforme quadro a seguir.

Obs.: Fica facultado ao empreendedor a possibilidade de apresentar a DMR, emitida via sistema MTR-MG, uma vez que os empreendimentos agrossilvopastoris pelo disposto no artigo 2, inciso II da DN COPAM 232/2019, são dispensados.

Prazo: durante a vigência da licença.

RESÍDUO				TRANSPORTADOR		DESTINAÇÃO FINAL		QUANTITATIVO TOTAL DO SEMESTRE (tonelada/semestre)			OBS.
Denominação e código da lista IN IBAMA 13/2012	Origem	Classe	Taxa de geração (kg/mês)	Razão social	Endereço completo	Tecnologia (*)	Destinador / Empresa responsável	Quantidade Destinada	Quantidade Gerada	Quantidade Armazenada	
(*)1- Reutilização						6 - Co-processamento					
2 – Reciclagem						7 - Aplicação no solo					
3 - Aterro sanitário						8 - Armazenamento temporário (informar quantidade armazenada)					
4 - Aterro industrial						9 - Outras (especificar)					
5 - Incineração											

Observações

- O programa de automonitoramento dos resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG, que são aqueles elencados no art. 2º da DN 232/2019, deverá ser



apresentado, semestralmente, em apenas uma das formas supracitadas, a fim de não gerar duplicidade de documentos.

- O relatório de resíduos e rejeitos deverá conter, no mínimo, os dados do quadro supracitado, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações.
- As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor.
- As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor, para fins de fiscalização.

2. Efluentes Líquidos

Local de amostragem	Parâmetros	Frequência
Entrada e saída da caixa separadora de água e óleo	Óleos e graxas minerais, sólidos totais e detergentes	Anual
Entrada e saída das fossas sépticas	DBO e DQO	Anual

Relatórios: Enviar anualmente à URA TM, até o 20º dia do mês subsequente, os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá ser de laboratórios em conformidade com a DN COPAM n.º 216/2017 e deve conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas análises.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado.

Método de análise: Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas no *Standard Methods for Examination of Water and Wastewater, APHA-AWWA*, última edição.



ANEXO III

Relatório Fotográfico do empreendimento “Fazenda Santo Inácio e Outras (matrículas 37, 1.011, 8.498, 9.029, 15.641, 17.383, 17.605, 25.610, 28.100, 36.017, 36.019, 36.642, 37.441, 37.487, 47.740, 47.741, 51.512, e 99.615)”

Foto 01. Ponto de abastecimento a ser adequado



Foto 02. Lagoa de estabilização em construção



Foto 03. Vista APP



Foto 04. Depósito de embalagens vazias a ser adequado

